

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**REQUERIMENTO Nº , DE 2019****(Do Senhor Alexandre Leite)**

Requer seja declarada a prejudicialidade do PDC nº 2.825, de 2010, na forma do art. 164, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeiro seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.825, de 2010, com fundamento no artigo 164, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A referida proposição tem o objetivo de sustar a aplicação da Resolução nº 350, editada pelo CONTRAN em 14 de junho de 2010. Ocorre que a referida norma foi revogada em 2 de agosto de 2012, quando o órgão editou a Resolução nº 410.

Termos em que, peço deferimento.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado **ALEXANDRE LEITE**